

DESAFIOS: EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

MARA CLEIA FERNANDES DA SILVA¹

DIOGO MARIANO HILDEFONSO²

ARIQUEMES– RO – BRASIL

COLORADO DO OESTE – RO – BRASIL

maraed.fisica@hotmail.com

dipersonal@live.com

RESUMO: Vivemos hoje na educação, um novo tempo: o tempo da inclusão. Ou seja, não deixar nenhum aluno Portador de Necessidades Especiais fora da escola, e mais especificamente, fora do ensino regular. Entretanto, inclusão não significa apenas depositar esse aluno em classes regulares, como também ignorar que são seres únicos, com características, necessidades e interesses próprios. O artigo Desafios: Inclusão e Educação Física no Ensino Fundamental destaca na literatura sobre Educação inclusiva que as atitudes dos professores face aos alunos inseridos em sala de aula dependem muito de fatores tais como: tipo de sociedade em que se insere a escola: concepções e representações sociais relativas à deficiência, diferença, diversidade, dificuldade de aprendizagem e dos recursos e mecanismos de funcionamento das escolas e políticas de gerenciamento educacional, considerando ainda a formação de professores serem uma das mais urgentes pautas que devem entrar na agenda de pesquisa e política educacional. Entende-se que a proposta inclusiva no Brasil vem passando por grandes desafios: cursos de capacitação; um olhar diferente para atender às reais necessidades. Contudo, ainda não se conseguiu fazer uma educação inclusiva que possa atender com qualidade seus alunos, sendo ela voltada ao desenvolvimento cognitivo-sócio-cultural dos educandos. O presente artigo trará o relato de experiência dos desafios da inclusão dos alunos Portadores de Necessidades Especiais com a disciplina de Educação Física, destacando as dificuldades e os progressos que vivenciam a comunidade escolar no processo de ensino aprendizagem juntamente com o processo de inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física e Inclusiva, Desafio, Qualidade, Transformação, Compromisso.

INTRODUÇÃO

A escola de hoje tem buscado novos paradigmas educacionais voltados aos Portadores de Necessidades Especiais, objetivando fazer uma inclusão responsável e coerente que possa de fato atender as reais necessidades dos educandos, respeitando as diferenças individuais, as condições sociopolítico-econômicas, garantindo o direito de aprender, conviver, suceder na escola e nos demais segmentos sociais e a exercer com dignidade a sua cidadania.

Percebe-se que no Brasil existem muitas leis que amparam os Portadores de Necessidades Especiais a participarem efetivamente da construção da sociedade,

¹ Graduanda em Educação Física pela (FAEMA) Faculdade de Educação e Meio Ambiente. Endereço Rua: Gonçalves Dias 3492 – Setor 06 – CEP: 76873586 Ariquemes- RO-Brasil.

² Professor Graduado em Educação Física pela (ULBRA) e pós-graduado em Didática e Metodologia do Ensino superior pela (FAROL). Endereço: Rua: São Paulo 4351- CEP 76993-000 Colorado do oeste- RO-Brasil.
FIEP BULLETIN - Volume 84- Special Edition - ARTICLE I - 2014 (<http://www.fiepbulletin.net>)

assegurando-lhes o direito a: educação, cultura, lazer e determinando as Instituições de Ensino que despertem nos alunos: a ética, a solidariedade, a criticidade, a convivência em grupo e todas as potencialidades humanas. Mas, no entanto, esse discurso fica restrito no papel, pois as escolas não estão preparadas fisicamente, pedagogicamente e não conseguem fazer uma inclusão coerente, pois na prática os Portadores de Necessidades Especiais ainda são discriminados, não tem prioridade ao atendimento individual e especial e ainda, pouco tem ocupado lugar de destaque na escola e na sociedade.

Nesse contexto, a escola tem que cumprir o seu papel, informando aos educadores, pais, e os demais da comunidade que é preciso fazer uma inclusão de qualidade e excluir da sua prática toda e qualquer forma de discriminação e exclusão aos Portadores de Necessidades Especiais.

Nessa perspectiva, o presente trabalho abordará questões relevantes de como a Inclusão vem acontecendo e de como ela deveria acontecer para que ela realmente venha a ser inclusiva e transformadora, um compromisso de todos, que tem como princípio subsidiar a prática pedagógica que busca de fato desenvolver as potencialidades dos educandos e levá-los ao pleno exercício da cidadania, integrando-o na sociedade.

Um breve histórico da deficiência na sociedade

A deficiência na humanidade não são fenômenos dos nossos dias, sempre existiram e existirão. Quando uma criança nasce com uma deficiência começa para ela e sua família uma longa história de dificuldades. E todos esses impasses não se dão devido à existência da deficiência, mas, devido às atitudes das pessoas e da sociedade de modo geral de sua condição.

Vem-se ao longo do tempo registros que comprovam a resistência com relação à aceitação social das pessoas com deficiência. Entre os romanos no início da era cristã os preceitos de SENECA, um filósofo e poeta romano nascido em IV a. C assim eram estabelecidos. DUNN, (1975, P.18):

Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos, mas as crianças se forem débeis ou anormais, nós a afogamos: não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes são aquelas que podem corrompê-los.

O Ministério da Educação, em 2003, para ampliar e qualificar o conhecimento da demanda de atenção educacional especializada nas escolas brasileiras realizou a revisão dos conceitos referentes às deficiências, especificando a identificação dos alunos cegos e baixa visão; surdos e deficiência auditiva, e ampliou a coleta de dados, incluindo a série em que estão matriculados os alunos com Necessidades Educacionais especiais. Mas aos poucos a sociedade está evoluindo, a deficiência vem perdendo seu caráter bem ou de mal, de luz ou trevas, começa a ser vista como uma condição humana. Ultimamente, mitos começam a serem derrubados. Os Portadores de Necessidades Especiais começam a acreditar mais em si mesmo e o lutar em causa própria. Do respeito às diferenças passou-se ao direito de tê-las.

O DESAFIO DA INCLUSÃO

O informe a UNESCO, realizado pela Comissão Internacional sobre a educação

para o século XXI, presidido por Delorazepam (1996, P. 17) apresenta a mesma linha de argumentação. Afirma que a educação deve chegar a todos. Além de determinar dois objetivos que é: *transmitir um volume cada vez maior de conhecimentos teóricos e técnicos, e definir orientações que podem ser desenvolvidas em projetos de desenvolvimento individual e coletivo*. Com essa nova visão de educação inclusiva as diferenças, ao invés de discriminadas passam a ser aceitas e respeitadas, sem que se almeje tornar ou tentar tornar alguém “normal”. As pessoas Portadoras de Necessidades Especiais devem ser tratadas como cidadãos, com direitos e deveres iguais.

De acordo com Soares, (1998, P. 34), *trata-se de estabelecer os alicerces para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seu alunado e colaborar com a erradicação da ampla desigualdade e injustiça social*. Dessa maneira, a Educação inclusiva enfatiza a necessidade de avanço até outras formas de atuação em contraposições as práticas que tem caracterizado a integração escolar. É desse modo que o conceito de inclusão trata de abordar as diferentes situações que levam a inclusão social e educativa de muitos alunos. Por isso, a inclusão assume que a convivência e a aprendizagem em grupo é a melhor forma de beneficiar a todos, não somente as crianças rotuladas como diferentes.

Segundo Amaral (1994, P. 56), *a educação inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos*, já que defende que não se pode isolar a nenhuma pessoa como consequência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, do seu gênero ou mesmo se pertencer a uma minoria étnica (seria algo que iria contra os direitos humanos). Na opinião de Maura (1996, P. 25), *noção de inclusão compreender o conceito de comunidade e o de participação*. Portanto, a educação inclusiva se propõe a aumentar a participação de todos os alunos no currículo escolar e a redução da exclusão escolar e social.

Enfim, a educação inclusiva centra-se em como apoiar as qualidades e as necessidades de cada um e de todos os alunos na escola, é um meio privilegiado para alcançar a inclusão social, algo que não deve ser alheio aos governos e estes devem dedicar os recursos econômicos necessários para estabelecê-lo. A inclusão não se refere somente ao fator educativo, mas, o verdadeiro significado de ser incluído. Está implícita na inclusão social, a participação no mercado de trabalho competitivo, sendo este o fim último da inclusão. De acordo com DYSON, (2001, P. 157):

Os alunos não podem considerar-se incluídos até que não adquiram as atitudes necessárias para participar na sociedade e no emprego e/ou até que as diferenças entre suas atitudes e as de seus iguais sejam consideráveis.

A LDB 9394/96, em seus artigos 58, 59 e 60 ampara a inserção dos portadores de necessidades especiais no ensino regular, com as mesmas condições que os demais alunos. E nesses artigos juntamente com seus incisos e parágrafos afirmam que, Com base na análise de alguns artigos para amparar a educação especial, percebe-se que a lei ampara tal inclusão, porém, inclusão não se resume em inserir estes alunos na escola regular, mas sim, suprir suas reais necessidades na escola regular, com professores: capacitados com suporte pedagógico e acima de tudo com oportunidades de atuarem no meio social como verdadeiro cidadão respeitando seus limites e potencialidades. Sobre esse assunto, os PCNs de Educação Física (2001, P. 40) aborda que: “Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de deficiências físicas foram (e são) excluídos das aulas de Educação – Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. O professor deve compreender que a criança tem dificuldades e habilidades, e ótimas condições para fazer parte desse espaço. Por isso deve recebê-lo com muita disposição e com diversidade de ações pedagógicas.

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO - FÍSICA NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA E INTEGRADORA EXIGE MUDANÇAS

Escola inclusiva é aquela que garanta a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Assim uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. Os PCNs de Educação Física (2001, P. 83) valoriza a diversidade e a diferença:

Ao distribuir, ao longo do planejamento, atividades com ênfase nas capacidades de equilíbrio, força, velocidade, coordenação, agilidade e ritmo de forma equitativa, ou que exijam que diferentes habilidades sejam colocadas em praticas, o professor viabiliza que as características individuais sejam valorizadas.

É utópico pretender que todos os avanços de aprendizagem sejam homogêneos e simultâneos entre os alunos, uma vez que a diversidade traduz é um fator real. A aula de Educação Física tem o poder de transformar essas desigualdades em diferenças de forma proveitosa. De acordo com os PCNs (2001, P, 85) *“a pluralidade de ações pedagógicas pressupõem que o que torna os alunos iguais é justamente a capacidade de se expressarem de forma diferente.”*

PERRENOUD (2000, P. 65) aponta alguns fatores que dificultam a construção de um coletivo educacional: “A limitação histórica da autonomia político-administrativa do profissional da educação e o individualismo dela conseqüente, a falta do exercício das competências de comunicação, de negociação, de cooperação, de resolução de conflitos, de planejamento flexível e de integração simbólica, a diversidade das personalidades que constituem o grupo de educadores, e até mesmo a presença frequente da prática autoritária da direção, ou coordenação de ensino.” Sabe-se, entretanto, que um dos papéis importantíssimo é o da família de conscientizar-se que a aceitação amplia horizontes e abre novas perspectivas. Partindo da aceitação, é impossível não ficar longo tempo em “sofrimento” e procurar a passar para o preparo das condições pessoais de pai e mãe. Isso as leva a descoberta de novos caminhos para o aproveitamento de todas as capacidades, tanto dos pais quanto das crianças, na busca de seu pleno desenvolvimento. Para SZUMANSKI, (2000, P.16) a família é: “Uma das instituições responsáveis pelo processo de socialização, realizando mediante práticas exercidas por aqueles que têm o papel de transmissores – os pais – desenvolvido junto aos que são receptores – os filhos. Tais práticas se concretizam em ações contínuas e habituais, nas trocas interpessoais.”

A família precisa construir padrões cooperativos e coletivos de enfrentamento dos sentimentos, de análise das necessidades de cada membro e do grupo como um todo, de tomada de decisões, de busca de recursos e serviços que atende necessários para seu bem estar e uma vida de boa qualidade. Seu desenvolvimento requer reflexão, organização de ações e a participação de todos: professores, funcionários, pais e alunos, num processo coletivo da construção. Sua sistematização nunca é definitiva, o que exige um planejamento participativo, que se aperfeiçoa constantemente durante a caminhada. Os serviços de apoio pedagógico especializado, ou outras alternativas encontradas pela escola, devem ser

FIEP BULLETIN - Volume 84- Special Edition - ARTICLE I - 2014 (<http://www.fiepbulletin.net>)

organizados e garantidos nos projetos pedagógicos e regimentos escolares, desde que devidamente regulamentados pelos componentes Conselhos de Educação. BRASIL, (1994, P. 210) define como sala de recursos: “Um local com equipamentos, materiais e recursos pedagógicos específicos à natureza das necessidades especiais do aluno, onde se oferece a complementação do atendimento educacional realizado em sala comum. O aluno deve ser atendido individualmente ou em pequenos grupos, por professor especializado, e em horário diferente do que frequenta no ensino regular”. Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. De acordo com os PCNs de Educação Física (2001, P. 40), destaca que:

A maioria das pessoas portadoras de deficiência tem traços fisionômicos, alterações morfológicas ou problemas de coordenação que as destacam das demais. A atitude dos alunos diante dessas diferenças é algo que se construirá na convivência e dependerá muito da atitude que o professor adotar. É possível integrar essa criança ao grupo, respeitando suas limitações, e, ao mesmo tempo, dar oportunidade para que se desenvolvam suas potencialidades.

Não existe nenhuma proposta de inclusão que possa ser generalizada ou multiplicada, pois ainda é incipiente, no entanto é de consenso que esse processo é de responsabilidade de toda a sociedade e por tanto é preciso que a escola esteja aberta para a "escuta", favorecendo assim, as trocas para a construção do processo de inclusão escolar. ALVES, (1995, P.28). “Enquanto a sociedade feliz não chega, que haja pelo menos fragmentos de futuro em que a alegria é servida como sacramento, para que as crianças aprendam que o mundo pode ser diferente. Que a escola, ela mesma, seja um fragmento de futuro...”. O que se percebe de maneira mais expressiva no que diz respeito ao modelo de escola inclusiva para todo o país, no momento, é a situação dos recursos humanos mais especificamente a dos professores das classes regulares, que resistem à idéia da inclusão, argumentando falta de experiência, informação e preparo para lidar com as diferenças em sala de aula. É necessário que esses profissionais sejam capacitados e conscientizados da importância de seu papel para terem condições de transformar sua prática educativa. Sobre esse aspecto, os PCNs de Educação Física (2001, P. 40), enfatiza que:

A aula de Educação Física pode favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte dos deficientes e a convivência com eles pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos.

Enfim, para que o processo de inclusão escolar é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema Inclusão é hoje foco de atenção e discussão de todo o mundo. No Brasil, sua política posiciona-se favorável ao atendimento dos alunos com Necessidades Especiais em classes comuns. O desafio para o professor da classe regular é grande, pois exige mudanças no contexto da sala de aula e na metodologia empregada. Pesquisas efetuadas

entre professores, evidenciam ainda hoje, muita resistência a estas mudanças. Muitos justificam que não foram preparados durante o período de formação, outros deixam claro que além de informação e formação, faltam-lhes condições psicológicas para assumir tal compromisso. Na realidade o que se percebe é uma grande insegurança, reforçada pela falta de aceitação, por parte de alguns profissionais da educação.

Esse compromisso é de todos, inclusive dos educadores que devem abraçar essa missão, contribuindo em uma ação eficaz, com direcionamento e parcerias na luta contra a discriminação dos excluídos. Deve-se participar desse processo e das decisões referentes à nova política educacional com cautela e responsabilidade, verificando a organização do sistema, se de fato os Portadores de Necessidades Especiais estão sendo incluídos, se estão sendo atendidos nas suas especificidades, cabendo a escola a melhor forma de atendê-lo e de garantir uma aprendizagem significativa e de qualidade. Entretanto, o sistema governamental deve subsidiar a estrutura necessária para a inclusão, assegurando a parte estrutural e profissional, especializando toda a comunidade escolar para poder ter condições de atender diferentes realidades. Ainda, o educador tem consciência da postura que assume a sociedade, significando um caminho possível para redimensionar a força ideológica da escola e definir a ação a ser desempenhada no processo de socialização e inclusão. Na educação, na escola e no fazer escolar, deve-se ter ousadia de se transformar no verdadeiro elo entre o que se tem e o que se sonha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1995.

AMARAL, L.A. **Pensar a diferença/deficiência** – Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. **Tendências e Desafios da Educação Especial**. Org. Eunice M.L.S. de Alencar. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1998.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração de Salamanca**. Salamanca, 1994.

DYSON, A. **Dilemas, contradições e variedades da inclusão**. Salamanca: Amaru, 2001.

DUNN, L.M. **Crianças excepcionais – seus problemas, sua educação**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1975.

LDB – **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília: 1996.

MAURA, Maria Célia. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. São Paulo, pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Tese de doutoramento, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Referenciais para formação de professores**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. 2003.

PCNs. **Parâmetros Curriculares nacionais: Educação Física/** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. – 3. Ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

PERRENOUD, P. **Novas Competências para Ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares.** Brasília: MEC/ SEF/ SEESP, 1999.

SOARES. Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

Szymanski, H. **A Família como locus educacional: perspectivas para um trabalho psicoeducacional.** Revista Brasileira de Estudos pedagógicos, jan/abr. 2000. Brasília, v.8, n. 197, 2000.

CHALLENGES: PHYSICAL EDUCATION AND INCLUSION IN BASIC EDUCATION